

5.11

Programa de Registro do Patrimônio Histórico e Edificado

ÍNDICE GERAL

| | | |
|------|---|---|
| 1. | Introdução | 1 |
| 1.1. | Ações já Realizadas | 2 |
| 2. | Justificativa | 4 |
| 3. | Objetivos | 5 |
| 4. | Área de Abrangência | 4 |
| 5. | Metodologia | 5 |
| 5.1. | Pesquisa Bibliográfica | 5 |
| 5.2. | Levantamento de Campo | 6 |
| 5.3. | Material de Divulgação | 6 |
| 6. | Produtos a Serem Gerados | 8 |
| 7. | Equipe Técnica | 8 |
| 8. | Cronograma do Projeto de Registro do Patrimônio Histórico e Edificado | 9 |
| 9. | Referências Bibliográficas | 1 |
| 10. | ART | 1 |

1. Introdução

Levando-se em consideração as possíveis interferências decorrentes da implantação das PCH's Fortuna II, Jacaré, Senhora do Porto e Dores de Guanhães, foi estabelecido o Projeto de Registro do Patrimônio Histórico e Edificado na área de abrangência das mesmas. Esse projeto compõe-se de um conjunto de ações voltadas a minimizar as possíveis interferências, especialmente no município de Virgíópolis, onde essas apresentam maior probabilidade de ocorrer.

Os estudos de impacto ambiental não identificaram alterações relevantes sobre o acervo do patrimônio histórico e edificado da região que engloba os empreendimentos. As políticas de preservação e interfaces poderão ser subsidiadas pelo programa, sendo utilizado um resgate de informações sobre todo patrimônio edificado.

As edificações com valor arquitetônico, histórico ou de referência para a região, identificadas no diagnóstico da área de inserção dos empreendimentos, foram consideradas relevantes para inclusão no Projeto de Registro do Patrimônio Histórico Edificado, incluindo as edificações protegidas pela federação, estado e município através de tombamento ou previsão de inventário.

A relação das propriedades consideradas relevantes localizadas na ADA e AE dos empreendimentos, contempladas pelo Projeto de Registro do Patrimônio Histórico Edificado da PCH Fortuna II, é apenas a propriedade conhecida como Fazenda do Povo. As demais propriedades afetadas pelo reservatório e situadas na AE não possuem individualmente características relevantes enquanto patrimônio histórico edificado, ou seja, não vinculam valores arquitetônicos, históricos ou referenciais e não objeto de inventário, estudo ou proteção pela federação, estado e município.

A consulta ao órgão municipal responsável pela preservação revelou que existe interesse de inventário e proteção de diversas edificações do núcleo urbano e

algumas propriedades na área rural. Com relação à proteção das edificações não foram encontrados bens tombados na área estudada. Foi realizado um estudo das edificações citadas no diagnóstico dos estudos ambientais, incluído nas informações complementares do licenciamento ambiental do empreendimento.

1.1. Ações já Realizadas

No mês de outubro de 2013 foi dada continuidade a confecção do Álbum contendo os registros do patrimônio edificado inventariado nas áreas de entorno e diretamente afetadas pelas PCHs Dores de Guanhães, Jacaré, Senhora do Porto e Fortuna II, a partir da seleção de fotos e a elaboração de textos. Além disto, deu-se início à produção dos demais materiais de divulgação do projeto, através do levantamento de orçamentos de fornecedores para a produção de álbum, folder e banner.

Já foi realizado levantamento de campo com entrevistas, pesquisa bibliográfica e inventário fotográfico e arquitetônico. Destacou-se nesse levantamento a Fazenda do Povo. Trata-se de uma edificação situada na área diretamente afetada da PCH Jacaré. MD do Rio Guanhães, possuindo uma área de 480,00 ha.

A Fazenda do Povo tem aproximadamente 75 anos e foi construída pelo pai de Josafá Rodrigues Coelho, proprietário herdeiro. A Fazenda sempre foi moradia da família e hoje, o Sr. Josafá se divide entre as cidades de Virgíópolis e Belo Horizonte, onde reside com a esposa. A irmã, Maria Ester, ainda mora na Fazenda. A Fazenda possui mais três edificações: anexo da sede, casa do caseiro, paiol e ainda, locais destinados à apicultura, curral e galinheiro.

O uso do solo é caracterizado pela existência pastagem, floresta e lavoura. Edificação Sede: A edificação possui traçado retangular em dois pavimentos, varanda em forma de “L”, através da qual ocorre o acesso lateral. A casa sede apresenta técnica construtiva comum da região, em estrutura de pau-a-pique e madeira, telhado colonial

com a vulgo telha “feita nas coxas”. O piso das salas, quartos e varanda principal é em assoalho de madeira larga em ótimo estado. Na cozinha e banheiro, o piso é em cimento queimado pintado em verde e em vermelho, respectivamente. A pintura da casa apresenta ótimo estado, as paredes são brancas e a estrutura pintada em azul.

O pé direito é alto, como nesse estilo de edificação. Algumas portas e janelas são em uma folha e outras em duas, todas em madeira pintada em azul. O forro é todo em esteira e está bem conservado, umas apresentam em estado natural, outras pintadas em branco. A cozinha tem parte forrada em esteira natural, já “queimada” pela ação do uso constante do fogão à lenha e parte sem forro. O banheiro tem acabamento cerâmico na parede à meia altura e pintura no restante. A varanda dos fundos apresenta piso em cimento bruto, tanque com água da nascente, fogões e forno à lenha.

A edificação possui o porão na fachada frontal, por causa da topografia do terreno. A casa sofreu algumas intervenções, como por exemplo, construção de um banheiro no porão, substituição da escada de acesso lateral por rampa, troca de algumas esteiras deterioradas com o tempo e revestimento em cerâmica no fogão à lenha, o que não a descaracteriza e a torna em excelente estado de conservação.

Os detalhes de todas as informações obtidas em campo através de entrevistas com os moradores sobre a história dos patrimônios e de pesquisas bibliográficas, bem como o inventário fotográfico e arquitetônico das edificações pode ser consultado em detalhes no Relatório de Consolidação das Ações Realizadas e Planejamento das Ações Futuras do Plano de Controle Ambiental da PCH Fortunas II, protocolado nessa SUPRAM em 11/10/2013 protocolo número 1913122/2013.

2. Justificativa

Conforme demonstrado no diagnóstico dos estudos ambientais e nas informações complementares, não há necessidade de supressão de edificações consideradas relevantes do ponto de vista do patrimônio histórico edificado. A principal justificativa está relacionada ao fato de que alterações na dinâmica social durante implantação e operação do empreendimento podem acarretar pressão sobre o acervo. Portanto, dois tipos de efeitos são previstos, o primeiro, negativo, a descaracterização através de reformas ou abandono de edificações e, o segundo, positivo, a utilização das eventuais reformas ou demanda por estruturas como estratégia de requalificação do acervo.

Os projetos semelhantes ao que está sendo proposto estão relacionados ao registro das edificações consideradas relevantes para o tema, quando a supressão é necessária para a implantação de determinado empreendimento. É necessário o registro das informações em outro meio de acesso público e irrestrito, pois se ocorrer à supressão do patrimônio edificado acarreta a destruição irreversível de informações históricas, culturais e construtivas, necessitando de medida compensatória. Embora o projeto proposto trabalhe com justificativas diferentes, devido ao tipo de impacto sobre o patrimônio gerado pelos empreendimentos, o material a ser produzido se aproxima da situação de supressão, visando também o registro, em outro meio, do inventário da situação atual do acervo, como forma de resgatar, registrar e divulgar informações históricas ligadas às edificações e subsidiar ações que possam alterar essa situação.

Uma segunda justificativa do projeto advém da carência de material sobre o tema na área de inserção dos empreendimentos e a demanda por este tipo de mapeamento e levantamento de informações tanto por órgãos de preservação do município, como pelos projetos ambientais propostos.

3. Objetivos

O Programa de Registro do Patrimônio Histórico e Edificado da PCH Fortuna II tem dois itens como objetivos: 1) Resgatar e registrar informações sobre o acervo histórico edificado, contemplando aspectos históricos, arquitetônicos e culturais das edificações suprimidas ou no entorno; 2) Divulgar as informações obtidas, ação que visa a compensação pela supressão das edificações na ADA e a mitigação dos impactos nas edificações da AE e área urbana.

4. Área de Abrangência

A PCH Fortuna II abrange os municípios de Guanhões e Virginópolis, sendo que a maior parte da sua extensão recobre este último município. A área coberta pelo projeto é composta pela sede urbana do município de Virginópolis, e pelas edificações rurais consideradas relevantes para o item Patrimônio Histórico Edificado, localizadas na Área de Entorno e na Área Diretamente Afetada do empreendimento.

5. Metodologia

A metodologia de trabalho foi composta por três etapas: pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e produção de material de divulgação.

5.1. Pesquisa Bibliográfica

A pesquisa bibliográfica foi complementada por fontes primárias obtidas através de contato com órgãos de preservação local e entrevista com moradores sobre a época de construção da moradia, primeiras propriedades da região e história associada às edificações. Além da compreensão do processo de ocupação do município de Virginópolis e a elaboração de histórico de cada propriedade estudada.

A pesquisa bibliográfica visou a definição de critérios para classificação e contextualização do acervo e o levantamento de informações secundárias. Para o levantamento de fontes secundárias, o método incluiu consulta ao arquivo público mineiro, biblioteca do IEPHA e do IPHAN, levantamento de publicações sobre a região e pesquisa em sites da internet.

5.2. Levantamento de Campo

O levantamento de campo englobou, além do contato com moradores, a execução de registro fotográfico da edificação com objetivos de ilustrar elementos arquitetônicos, características da região, caracterização dos materiais construtivos e do estado de conservação das edificações.

Para o levantamento de dados sobre a história local utilizou-se a entrevista informal com moradores antigos da região, abordando temas como: fazenda mais importante, mais antiga, primeira família da região, primeiro morador da edificação, tempo de construção, edificações referenciais para o local, dentre outros.

Para o levantamento das edificações, ou inventário arquitetônico, realizou-se a produção de modelos de fichas de inventário preenchidas para cada propriedade, que serão vinculadas no material de registro e divulgação das informações obtidas. A ficha deveria conter localização, registro fotográfico, croqui de setorização, croqui das plantas dos pavimentos, indicação de materiais construtivos (estrutura, cobertura, revestimento, piso, acabamentos, mobiliário, etc.), estado de conservação, descaracterizações e patologias construtivas. Eventuais dados sobre o histórico das construções serão acrescentados ao levantamento histórico.

5.3. Material de Divulgação

O material de divulgação das informações é composto pelo “Álbum de Registro do Patrimônio Histórico Edificado” entregue ao órgão de preservação local, disponível para consulta pública, que contém todas as informações produzidas. O álbum deve

ser confeccionado em material resistente, sendo recomendada a impressão colorida em papel com gramatura de 180 gramas ou superior, encadernação de capa dura, nas dimensões do formato A3 (29,7 cm por 42 cm). Para maior divulgação do material o projeto prevê a produção de três cópias do Álbum de Registro do Patrimônio Histórico Edificado.

A estrutura de apresentação dos dados deve seguir a seguinte distribuição por capítulos: o primeiro capítulo deve conter a história de ocupação da região e do município de Virginópolis; o segundo apresenta o acervo da sede urbana; o terceiro, quarto e quinto apresentam o estudo das edificações por empreendimento; o sexto apresenta um roteiro para elaboração de palestra sobre o Patrimônio Histórico Edificado da região e o sétimo apresenta as considerações finais e equipe responsável pela elaboração do álbum.

Além do álbum, o projeto prevê a produção de banners para exposição permanente ou itinerante, produção de folders para divulgação e roteiro para palestras com o conteúdo produzido. O conjunto de banners deve ser elaborado nas dimensões 180 cm por 120 cm, em lona resistente e de fácil transporte, com acabamento superior e inferior de PVC e cordão para fixação. O conteúdo do banner será composto por informações vinculadas no álbum sendo recomendado a divisão do álbum em 4 banners: (a) um para a sede urbana de Virginópolis; (b) um para as edificações da PCH Fortuna II; (c) um para a PCH Senhora do Porto e (d) um para a PCH Jacaré. A fim de possibilitar uma melhor divulgação do material também serão produzidas duas cópias dos banners.

Os folders de divulgação devem ser elaborados em papel de 180gr, impressos em formato A4, frente e verso colorido e dobrado. O projeto prevê a tiragem inicial de 200 cópias do folder. O folder deve conter, de forma resumida, o mesmo conteúdo dos banners e menção sobre a existência do Álbum de Registro do Patrimônio Edificado, bem como as informações necessárias para sua consulta.

6. Produtos a Serem Gerados

Para atingir os objetivos do programa, falta a produção do material de divulgação previsto no escopo do projeto. São eles:

- Folders para divulgação elaborados em papel de 180gr, impressos em formato A4, frente e verso colorido e dobrado
- Banners para exposição permanente ou itinerante elaborado nas dimensões 180 cm por 120 cm, em lona resistente e de fácil transporte, com acabamento superior e inferior de PVC e cordão para fixação.
- Três cópias do Álbum de Registro do Patrimônio Histórico Edificado confeccionado em material resistente, sendo recomendada a impressão colorida em papel com gramatura de 180 gramas ou superior, encadernação de capa dura, nas dimensões do formato A3 (29,7 cm por 42 cm).
- .Roteiro para palestras com o conteúdo produzido.

7. Equipe Técnica

A responsabilidade pela execução do projeto é do empreendedor. A responsabilidade pelo acesso ao material é do órgão de preservação local, no caso a Secretaria de Educação e Cultura do município de Virginópolis.

9. Referências Bibliográficas

Para este programa não foram utilizadas referências bibliográficas específicas.

10. ART

Este programa foi adaptado do programa elaborado para o PCA da PCH Fortuna II e atualizado a partir do relatório consolidado da LIMIAR Ambiental com a colaboração do geógrafo Charles Ianne Ferreira dos Santos, CREA 82.875/D MG.